

LEGISLATIVO FEDERAL FARDADO: OS CONTEÚDOS DE CAMPANHA DOS PARLAMENTARES MILITARES E AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA ELEITOS EM 2018

CAIO PAGLIS MARQUES PLÁCIDO¹; CARLOS ARTUR GALLO CABRERA²

¹ Universidade Federal de Pelotas – caiopaglis97@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas - galloadv@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo tem o objetivo de esmiuçar os conteúdos de campanha vinculados às candidaturas de parlamentares eleitos em 2018 que possuem origem profissional nas Forças Armadas ou nas Agências de Segurança Pública. A revista Nexa demonstra que desde 2006 o número de candidatos militares aumentou, bem como o número de eleitos. No ano de 2006, 2% dos candidatos militares foram eleitos, 4% em 2014, e, em 2018, o número subiu para 8%. Dos 961 candidatos militares, 600 deles vincularam suas patentes ao nome de urna. A revista ainda afirma que os delegados são aqueles que estão entre os mais eleitos, seguidos dos capitães, majores, tenentes, coronéis, cabos e por fim sargentos.

Portanto, nota-se a necessidade de entender como se constroem essas candidaturas? O que é vinculado no discurso desses candidatos que se torna fator de mobilização de votos? A eleição dos mesmos estaria ligada a resquícios do autoritarismo no Brasil?

2. METODOLOGIA

Esse estudo está organizado em duas etapas distintas: a primeira etapa da pesquisa compreende a identificação, dentre os 513 deputados e deputadas federais e 54 senadores e senadoras, quais deles vincularam suas patentes das Forças Armadas ou das Agências de Segurança Pública em suas candidaturas e nome de urna. Para alcançar esse objetivo foi necessária a identificação dessas candidaturas através do Portal *divulgacand*, no site oficial da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A segunda etapa diz respeito, estritamente, à campanha dos deputados/as e senadores eleitos. Essa etapa envolveu a coleta dos materiais de campanha que foram divulgados nas redes sociais *Facebook* e *Youtube* dos candidatos militares eleitos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado da primeira etapa de coleta de dados apontou 23 deputados/as e 3 senadores eleitos que são membros das Forças Armadas ou agentes de Segurança Pública. Realizada a identificação, tornou-se possível traçar um perfil parlamentares militares eleitos, apontando que eles são homens, brancos, com mais de 40 anos, oriundos da polícia militar e filiados ao Partido Social Liberal (PSL).

Como resultado da segunda etapa de coleta de dados, foi possível identificar dois tipos de discurso distintos e que são recorrentes nas postagens, vídeos e fotos dos candidatos eleitos. O primeiro deles está relacionado ao conteúdo programático e o segundo ao conteúdo ideológico.

O conteúdo programático diz respeito às propostas de mandato dos parlamentares eleitos defendidas durante suas campanhas. Essas propostas foram traduzidas como as mais concretas em termos das futuras legislaturas dos parlamentares, ou seja, às práticas de legislatura a serem reproduzidas pelos candidatos eleitos durante os seus respectivos mandatos. Sendo eles: Combate à corrupção, implementação de colégios militares, combate às drogas, investimento em segurança pública, revogação do estatuto do desarmamento, contra a legalização do aborto, implementação do “escola sem partido”.

O conteúdo ideológico relaciona-se às ideias mais abstratas das campanhas. São valores ideológicos/morais nos quais as campanhas foram pautadas. A escolha dessa denominação se deu porque os valores identificados nos discursos e campanhas eleitorais apresentam respaldo mais na ideologia “moral” dos candidatos eleitos do que propriamente no conteúdo programático defendido por eles durante essas campanhas. Essas ideias podem sim repercutir em algo programático durante as legislaturas, mas a princípio elas representam ideias abstratas. São ideias soltas nas quais os parlamentares não deixam claro o que entendem por “ideologia de gênero” por exemplo, nesses casos, elas representam ideias vazias que cada eleitor/a preenche mentalmente. São eles: religião, antipetismo, nova política, “bandido bom é bandido morto”, família tradicional, pátria livre, contra a “ideologia de gênero”, valores éticos e morais.

4. CONCLUSÕES

Quando o assunto é Segurança Pública, é verdade afirmar que as eleições dos 26 parlamentares têm relação direta com a pauta de segurança pública e como ela foi artifício de mobilização de votos. Essa pauta foi instrumentalizada pela metade dos parlamentares, ficando atrás somente da pauta de combate à corrupção - mobilizada por 15 deles. Também está relacionado com a pauta da segurança pública, o combate às drogas, mobilizada por 7 parlamentares, aqui também nenhum deles revelou como será feito esse combate, exceto por discursos que pregam a eliminação de traficantes por meio da máxima do “bandido bom é bandido morto”. Essa máxima pode ser explicada pela afirmação de Del Rio (2018), na qual o autor coloca que “há uma retórica no campo da segurança que tenta afirmar o uso legal do poder de matar como uma forma de produção da ordem”. Essa é uma prerrogativa fundamental para qualquer forma de autoritarismo” (DEL RIO, 2018, p. 58).

O combate à corrupção, como mencionado, foi também uma das grandes pautas mobilizadoras de voto, ela tornou-se um conteúdo programático nas campanhas dos deputados/as federais e senadores, embora nenhum deles tenha esclarecido como operacionalizar essa bandeira. Lowy (2015) apresenta que no Brasil a luta contra a corrupção foi demagogicamente manipulada com sucesso - como comprova a eleição dos parlamentares em 2018 - por setores conservadores, aqueles que estariam ligados à “nova” direita. Nas palavras do autor “levanta-se a bandeira da corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e legitimar golpes militares” (LOWY, 2015, p. 662).

Outro conteúdo programático defendido pelos parlamentares foi a implementação dos colégios militares. Essa pauta foi defendida por 6 parlamentares e ela revela a confiança nas instituições militares descritas por Gallo e Gugliano (2014). Essa confiança aqui está relacionada à retomada dos valores éticos e morais da sociedade - valores esses que foram amplamente defendidos nas campanhas ainda que não se tivesse uma explicação sob qual

perspectiva esses valores estariam pautados - em especial dentro dos centros de educação do país. Para a política educacional, também foi defendida a aprovação do projeto “Escola Sem Partido” e o fim da “ideologia de gênero” nas escolas.

O discurso religioso teve também grande presença na construção das candidaturas, desde os slogans de coligação como “São Paulo acima de tudo, Deus acima de todos” e “Pátria e Família Cristã”, até o conteúdo de campanha dessas candidaturas. Há, então, relacionado a essa pauta da religião, a defesa do ensino religioso nas escolas, a preservação da Família Tradicional Brasileira (constituída por pai, mãe e filhos) - defendida por 14 parlamentares - e o discurso contrário à legalização do aborto - presente em 2 candidaturas. As pautas mobilizadas e o discurso religioso revelam o caráter conservador desses atores e do controle das liberdades individuais defendido pelos mesmos, características que estão presentes na “nova” direita na concepção de Codato, Bolognesi e Roeder (2015).

A concepção de legados autoritários de Morlino (2012) define que os legados autoritários são todos os “padrões de comportamento, regras, relações, situações sociais e políticas e também normas, procedimentos e instituições, tanto introduzidas como rigorosas e visivelmente fortalecidas pelo regime autoritário” (MORLINO, 2012, p. 189.) Com o poder de influenciar instituições políticas, econômicas e sociais, os legados autoritários são mais frequentes e visíveis no comportamento das Forças de Segurança, aqui entendidas como as Forças Armadas e as Agências de Segurança Pública. Nesse caso, é sim possível visualizar que os legados autoritários estão relacionados às ideias defendidas e vinculadas durante as campanhas dos deputados/as e senadores.

Dessa forma, foi possível observar que os legados autoritários estão presentes tanto nas Forças Armadas quanto nas Agências de Segurança Pública e as campanhas e candidaturas dos 26 parlamentares ajudam a melhor compreender esse fato por todo o seu conteúdo demonstrado nesta análise.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). *Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. 304 p.

DEL RIO, Andrés et al. Eleições no Brasil: da violência ao poder. *Revista Política Hoje*, Recife, v. 27, n. 2, p. 47-64, 2018. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5681>>. Acesso em: ago 2021

GALLO, Carlos Artur; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (org.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Deriva, 2014. p. 285-3.

LOWY, Michael. . Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, (124), 2015. p. 652-664. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282015000400652&script=sci_arttext>. Acesso em: ago de 2021.

MORLINO, Leonardo. “Legados autoritários, das políticas do passado e da qualidade da democracia na Europa do Sul”. In: COSTA PINTO, Antônio, MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org). O Passado que não Passa: a sombra das Ditaduras na Europa do Sul e na América - Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2012. 241 p